**EDUCAÇÃO INFANTIL: REMEMORANDO AS DIMENSÕES ENTRE O CUIDAR E EDUCAR NO BRASIL DE HOJE**

*Francisco Reginaldo Linhares.*

*Mestrando em Ensino, PPGE- CAMEAM/UERN. Email:* [*reginaldo\_linhares@hotmail.com*](mailto:reginaldo_linhares@hotmail.com)

*Profª Drª Sheyla Maria Fontenele Macedo.*

*Professora Adjunta II do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email:*[*sheylafontenele@uern. br*](mailto:sheylafontenele@uern.gov.br)

**Resumo:**

O artigo intitulado Educação Infantil: Rememorando as dimensões entre o cuidar e educar no Brasil de hoje é um dos pontos de partida da pesquisa monográfica O cuidar e o educar na Educação Infantil: o descortinar da relação teoria e prática**,** do “CampusAvançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, (CAMEAM/UERN). O artigo como etapa I da referida pesquisa, é de cunho bibliográfico, documental e fundamenta-se na pesquisa qualitativa. Objetiva revisar parte da legislação educacional que favoreceu a inclusão da Educação Infantil como parte da educação básica no Brasil, além de identificar os desafios para o professor deste nível de ensino frente ao paradigma do “cuidar-educar” no cenário educacional de hoje no Brasil. Como referencial teórico básico: Antunes (2010), Angotti (1998), Imbernón (2001), Ferreira (2006), Freire (1996). Contempla ainda reflexões frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998); os Parâmetros Nacionais da Educação Infantil (1998); as Políticas Nacionais para a Educação Infantil (2006) e os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2008). O referido artigo foi organizado em dois tópicos: 1) propõe-se uma ampla discussão sobre as relações entre o cuidar e o educar no Brasil dos dias de hoje; 2) incursões teóricas que revelam a realidade do educador frente aos desafios da relação teoria e prática na Educação Infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Cuidar-Educar. Teoria-prática.

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O artigo “Revisitando as dimensões entre o cuidar e o educar na Educação Infantil no Brasil de hoje”, é parte da pesquisa de monografia de conclusão do curso de Pedagogia, intitulada “O cuidar e o educar na Educação Infantil: o descortinar da relação teoria e prática”, do “*Campus* Avançado Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, (CAMEAM/UERN) que foapresentada em maio de 2012.

O interesse pela pesquisa amadureceu a partir da disciplina Concepções e Práticas de Educação Infantil, do quarto período do Curso de Pedagogia. A pesquisa baseou-se inicialmente na obra de Maristela Angotti (1998), “Educação Infantil para que, para quem e por quê?”, surgindo questionamentos sobre as relações teoria e prática neste nível de ensino.

A pesquisa movimenta a seguinte investigação: como a Educação Infantil tem se sustentado no cenário educacional do Brasil de hoje como parte da educação básica, e como se desenvolve a relação teoria-prática? Para discorrer o problema, o artigo foi organizado em dois blocos. O primeiro voltado para a investigação sobre o acontecer da Educação Infantil etapa da educação básica, no campo do legal, a partir da década de 90 do século XX. O segundo bloco apresenta reflexões sobre o perfil do professor para este nível de ensino, a formação inicial e enfoques sobre a relação teoria e prática.

O artigo está assentado no modelo qualitativo de investigação, desenvolvido por meio das pesquisas bibliográfica e documental e de acordo com as seguintes premissas teóricas: Antunes (2010), Angotti (1998), Imbernón (2001), Ferreira (2006), Freire (1996). Contempla ainda reflexões frente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998); os Parâmetros Nacionais da Educação Infantil (1998); as Políticas Nacionais para a Educação Infantil (2006) e os Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2008).

A relevância da temática se encontra no fato de que é necessário ampliar as discussões no sentido de repensar a construção deste novo espaço educativo, a Educação Infantil. Esta deve ser entendida enquanto direito da criança e que por sua vez, as práticas do cuidar e do educar deverão refletir compromissos para uma formação integral do ser humano.

1. **Entre o cuidar e o educar no Brasil de hoje**

A Educação Infantil no Brasil a partir da década de 90 do século XX sofreu grandes transformações em seu cenário, sobretudo no que tange as práticas do “cuidar e do educar”. Até este período, esta modalidade de ensino tinha um caráter totalmente assistencialista, marcado pela ideologia do “cuidar”, em detrimento do contexto pedagógico. A educação centrava-se nos cuidados coletivos baseados em preceitos higiênicos, de limpeza corporal, alimentação e cuidados com a saúde de crianças de 0 (zero) até 6 (seis) anos. A ideia assistencial forjou-se a partir da necessidade das famílias não terem com quem deixar seus filhos ao saírem para o trabalho, consolidando-se por longo período o ideal de custódia no Brasil.

Entretanto, a Constituição Federal de 1988 abre espaços para que a Educação Infantil seja reconhecida com o direito da criança e dever do Estado. No entanto, o que se constata é que ainda existem muitas crianças que não tem esse direito garantido.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conferiu a Educação Infantil um novo espaço, sendo esta compreendida como primeira etapa da educação básica:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p.11).

A respectiva legislação gerou um contexto de entusiasmo ao mesmo tempo em que promoveu o surgimento de outros documentos para orientar os profissionais da área: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998); os Parâmetros Nacionais da Educação Infantil (1998); as Políticas Nacionais para a Educação Infantil (2006) além da criação dos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil (2008). Documentos estes que geraram inúmeros debates sobre qual a melhor estrutura física para atender os alunos dos zero até 6 (seis) anos de idade ([[1]](#footnote-1)), sobre o proceder da formação inicial e continuada dos educadores e que permitiram clarificar os conceitos que envolvem os atos de cuidar e educar:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p.23).

Além das indicações acerca da relevância da integração entre as dimensões do cuidar e do educar na Educação Infantil os Referenciais Curriculares (1998) assinalam uma terceira dimensão, a do brincar. Ao incluir a brincadeira como ato pedagógico a criança deixa de ser considerada como “sujeito abstrato”, ou ser “inanimado” do século XVII. Ela aprende brincando, têm desejos, vontades, sentimentos. O documento Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil (2008) faz uma chamada de atenção acerca desse entendimento:

Olhar a criança como ser que nasce pronto, ou que nasce vazio e carente dos elementos entendidos como necessários à vida adulta ou, ainda, a criança como sujeito conhecedor, cujo desenvolvimento se dá por sua própria iniciativa e capacidade de ação, cujo desenvolvimento se dá por sua própria iniciativa e capacidade de ação, foram, durante muito tempo, concepções amplamente aceitas na Educação Infantil até o surgimento das bases epistemológicas que fundamentam, atualmente, uma pedagogia para a infância. (2008, p. 13).

Os documentos propiciam uma ruptura no que se refere à ideia consensual de que a criança não é um ser pensante, mas um ente em formação, cujas funções cognitivas estão latentes e que necessitam de estímulos educativos. Portanto, esta criança é “sujeito social e histórico”. Está inserida em uma sociedade, e para ela deve ser formada.

O campo do legal favoreceu o desenvolvimento de uma postura mais reflexiva sobre a Educação Infantil enquanto espaço para organização do saber. Entretanto, um dos grandes desafios que hoje se discute está relacionado à formação inicial deste professor, que se configura num profissional especializado. Também são inúmeros os debates para que esta formação inicial seja complementada pela formação continuada e que de acordo com a Política Nacional para a Educação Infantil (2006, p. 18): “A formação inicial e a continuada das professoras e professores de Educação Infantil são direitos e devem ser asseguradas a todos pelos sistemas de ensino com a inclusão nos planos de cargos e salários do magistério”.

Finalmente, a Educação Infantil no Brasil tem buscado superar as limitações de uma educação eminentemente assistencialista e higienista. Entretanto, no “corpo da escola” constata-se que o ideário assistencialista e compensatório resiste. Questionamos como vem sendo organizados os espaços, os tempos, como se alternam as rotinas escolares entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. O que elas produzem, reproduzem e em especial, de que maneira o brincar tem sido associado a este fazer de maneira que se constitua em aprendizagem.

**2. O professor da Educação Infantil: desafios na relação teoria e prática do cuidar e do educar**

São muitos os desafios para que a Educação Infantil seja na prática compreendida e inserida como parte da educação básica no Brasil. O fato é que há resistência por parte dos governos em suas diferentes instâncias no sentido de fazer cumprir as exigências legais para este nível de ensino. Resistência que se consolida na baixa qualificação dada aos profissionais em cursos com currículos minimalistas. A formação de professores ainda não assinala o caminho seguro em direção à criação deste novo perfil de educador.

Identificamos muitas vezes que a formação inicial está relacionada a questões burocráticas, a modelos de estágio que desconectam as teorias das práticas ou práticas dissociadas da realidade. E não são poucas as vezes que o professor supervisor do estágio carece de experiência teórico-prática no campo. No que se refere à formação Freire (1996) destaca que:

O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica (...) O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (p. 92).

Logo, não existe educação sem um educador que estude, se aperfeiçoe. Neste sentido, o planejamento da formação continuada deve configurar-se mais que uma realidade, mas uma prática, em especial para o professor da Educação Infantil, que necessita abarcar múltiplos conhecimentos:

[...] o professor deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. Nessa perspectiva, o professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento [...]. Na instituição de Educação Infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas (BRASIL, 1998, p.30).

Desta ótica, é papel do educador neste nível de ensino manter vivos e integrados os conhecimentos que envolvem os diversos campos do saber. A formação deve ser multidisciplinar. E para que a Educação Infantil seja realmente compreendida na prática como nível de ensino alicerce dos demais, necessita de uma proposta pedagógica diferenciada.

Entretanto, o professor ainda é influenciado por duas imagens acerca do conceito de criança. Ou esta é tida como adulto em “miniatura” ou é percebida como um ser indefeso, carente da capacidade de pensar. Estas duas metáforas se alternam nas rotinas escolares. Por vezes nos deparamos com classes organizadas em fileiras, como alunos do ensino fundamental, em que lhe são impostos conteúdos à margem de sua realidade. Por outro, as encontramos sentadas ou deitadas em seus tapetes a ler um livro. O fato é que, o conceito de criança mudou, mas ainda e pedagogicamente não nos apercebemos sobre “quem é este ser infantil”, “suas necessidades” e “quais práticas favorecem seu desenvolvimento integral”. E neste sentido, quais são as melhores estratégias de ensino:

Seria muito bom se todos os professores observassem suas estratégias de ensino como os gorduchos em regime observam seus progressos na balança. Se acreditarem em seu êxito, querem medir o peso a cada instante. A aula tem que ser avaliada a cada dia, o uso das competências em todas as oportunidades, o anseio de progresso no início de cada semana. (ANTUNES, 2010, p.48).

Logo, as estratégias didáticas adotadas para este nível de ensino deveriam contemplar a responsabilidade do educador no sentido de renovar suas práticas por meio da reavaliação das aulas, (re) planejar, rever erros, mas acima de tudo, identificar que cada criança é um universo em si e que cada classe possui necessidades diferentes de outras.

O fato é que, na Educação Infantil, assim como nos demais níveis de ensino, a teoria e a prática, precisariam caminhar em conjunto. Sabemos que a afirmativa é repetitiva, mas que se faz necessária para que se possa enfocar o cuidar e o educar neste movimento.

Entretanto, compreendemos que a culminação da integração entre a teoria e a prática está diretamente relacionada à formação do educador, discorre Imbernón (2001) que:

A formação terá como base uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a permitir que examinem suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc., realizando um processo constante de auto-avaliação que oriente seu trabalho. (IMBERNÓN, 2001, pp.48-49).

Ou seja, a formação dos profissionais da educação deve criar momentos de reflexão, que por sua vez, gerem novas e (re) significadas experiências didáticas, em que os problemas transformados em pesquisa, originem mudanças na própria prática, ou como nos apresenta Ferreira (2006, pp. 49-50): “São estes projetos, centrados em problemas sentidos pelos docentes nas suas situações de trabalho, que tem originado mudanças mais comprovadas”.

Do exposto, compreendemos que o estabelecimento da correlação teoria-prática depende muito da formação do professor, seja esta inicial ou continuada. De forma que o profissional da Educação Infantil se comprometa com o estudo, mas que, seja também integralmente afetado pelo gosto de ensinar.

**Considerações Finais**

A Educação Infantil é hoje parte da educação básica, ideal conquistado pela sociedade através de lutas legitimadas no campo do legal. A Educação Infantil é, portanto, espaço de direito, em que as crianças deverão aprender a arte da socialização, do aprender brincando, do valor das rotinas para a vida, enfim, este nível de ensino não pode mais se configurar enquanto “lócus” de depósito de crianças. Entretanto, como temos garantido esta posição e realizado na prática a mediação entre o cuidar e o educar?

Partindo desta compreensão, é longa a caminhada. Mas no que tange a formação do educador para este nível de ensino a mesma deverá contemplar as necessidades do desenvolvimento da criança desta faixa etária. Este novo olhar deve ser cuidadosamente pensado na capacitação de professores, de maneira que a relação teoria e prática não aconteça mais de forma dissociada, como tem demonstrado a história da formação de professores.

Por outro lado, este educador deverá realizar a sua parte e compreender o significado de ser professor na Educação Infantil. O fato nos remete ao papel do pedagogo enquanto profissional responsável pela organização dos processos de ensino-aprendizagem da criança nesta etapa de vida, como ela se desenvolve cognitivamente, socialmente e afetivamente.

Sabemos que o contexto atual demanda e exige novas posturas do professor. Entretanto, esta formação inicial ainda não consegue abranger todas as ferramentas pedagógicas necessárias à profissionalização do educador para este nível de ensino. É preciso que os cursos de Pedagogia construam profissionais com uma visão interdisciplinar, de tal maneira que a relação teoria e prática se processe de forma não dissociada e seja integradora dos diversos campos de conhecimentos. Formação está em que o educador também se enxergue como partícipe do processo educativo, que perceba a necessidade da integração da tríade “cuidar, educar, brincar” e que se enxergue como um “mediador lúdico”.

A criança é um indivíduo em formação e é para esta criança que a escola existe, e não para os docentes, os pais ou para a gestão. Neste sentido, cabe a esta escola criar todas as condições para que esta criança tenha um futuro. E que a escola faça valer a ideia de que o cuidar e educar são mais do que ações didáticas indissociáveis, mas extensos campos de conhecimento que, por sua vez, exigem a formação de um profissional reflexivo, investigativo, que busque estratégias significativas para favorecer maior integração da relação teoria e prática frente à aprendizagem e que se disponha a rever conceitos e redimensioná-los.

**REFERÊNCIAS**

ANGOTTI, Maristela. **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** 2. ed.. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**.Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 11 ago. 2011.

\_\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006. Disponível em: https:// [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Acesso em: 11 ago. 2011.

**\_\_\_\_\_\_. Parâmetros Nacionais de Qualidade de Educação Infantil.**Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/paraqualvol2.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.

**\_\_\_\_\_\_. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfpolit2006.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2011.

**\_\_\_\_\_\_. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil***.* Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: em: 11 ago. 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Formação continuada e gestão da educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários á prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra. 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** São Paulo: Cortez, 2001.

1. A lei no 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, altera as disposições da LDB 9394/96, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. [↑](#footnote-ref-1)